

Serviço Social na Educação Básica e a Lei n. 13.935/2019: estado do conhecimento

Odilon Luiz Poli*

Rosileia Lucia Nierotka**

Mirian Menegatti***

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar a produção científica nacional sobre a atuação do assistente social na educação básica, no contexto da aprovação da Lei n. 13.935/2019, que prevê a inserção do serviço social e da psicologia na educação básica. O estudo está organizado na forma de um Estado de Conhecimento, com um recorte temporal de 2013 a 2023. Os dados foram levantados nas bases do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O *corpus* da pesquisa é formado por 49 trabalhos científicos, sendo 17 artigos, 28 dissertações e 04 teses. Os resultados apontam que, majoritariamente, a inserção do assistente social nos espaços educacionais é anterior à aprovação da referida Lei, ainda em processo de implementação. No período em análise (2013-2023), avanços significativos demonstram que é possível essa inserção de forma sólida, porém precisa haver um engajamento por parte de todas as esferas, federal, estaduais e municipais em prol da educação e da efetivação da Lei n. 13.935/2019.

Palavras-chave: Lei 13.935/2019; Serviço Social; Educação básica; Políticas Públicas; Políticas Educacionais.

* Doutor em Educação (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9036-1296>. E-mail: odilon@unochapeco.edu.br

*** Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó). Assistente Social, Prefeitura Municipal de Chapecó. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1377-3139>. E-mail: mirian_ene@unochapeco.edu.br

** Doutora em Ciências Humanas - Educação (PUC-Rio). Assistente Social, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7999-915X>. E-mail: rosileia@uffs.edu.br

Social Work in basic education and the law n. 13.935/2019: State of knowledge

ABSTRACT:

This article aims at analyzing the national scientific production about the performance of social assistance in basic education, taking into account the context of approval the law n. 13.935/2019, which provides the inclusion of social service and psychology in basic education. The study is organized as state of knowledge, having a time frame from 2013 to 2023. Data was surveyed in database of Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). This research corpus is formed by 49 scientific work, being 17 articles, 28 dissertations and 04 theses. The results suggest that, mostly, the inclusion of the social assistance in educational spaces is previous to the approval of the mentioned law, which is still in process of implementation. Within the period analyzed (2013-2023), meaningful advances demonstrate that it is possible to make the inclusion in a solid way, however, there must be engagement of all spheres, being federal, state and cities, in support to education and the implementation of the law n. 13.935/2019.

Keywords: Law 13.935/2019. Social Service; Basic Education. Public Policies; Educational Policies.

Introdução

Este estudo se insere no contexto da Lei n. 13.935, aprovada em 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços da psicologia e do serviço social nas redes públicas de educação básica. De modo mais específico, analisamos a produção científica nacional sobre a inserção do profissional de serviço social na educação básica, no período de 2013 a 2023, a partir da compreensão de que a educação é uma política pública e um importante espaço para a formação de sujeitos e de efetivação de direitos (Fraga; Sobrosa, 2022).

A Lei n. 13.935/2019 foi fruto de uma luta histórica que perdurou por quase 20 anos. Sua tramitação no Congresso Nacional teve início com o projeto de Lei n. 3.688/2000¹. De acordo com registro do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) de 2023, essa luta pela obrigatoriedade do serviço social e da psicologia na educação básica foi construída por muitos profissionais e militantes da área, com destaque a algumas entidades² como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP), que representam e articulam os Conselhos Regionais das duas áreas (CRESS e CRP); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); a Associação Brasileira de Psicologia

Escolar e Educacional (Abrapee); a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e a Federação Nacional de Psicólogos (Fenapsi).

Por se tratar de uma Lei recente, ainda em processo de implementação na maioria dos municípios brasileiros, justifica-se a relevância deste estudo no sentido de mapear, a partir da produção científica, como vem ocorrendo a inserção do/a assistente social na educação básica, suas experiências, preocupações e os desafios acerca desta inserção profissional nesta importante política pública.

Além desta introdução, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção apresenta uma fundamentação teórica sobre a inserção do Serviço Social na Educação Básica. A segunda seção trata da metodologia utilizada, caracterizada como um estudo do tipo Estado de Conhecimento. Na sequência, apresentam-se os resultados deste estudo e, por fim, as considerações finais.

O Serviço Social na Educação Básica

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei n. 8.662/1993, que inter-vém nas expressões da questão social, marcada, no Brasil, por uma profunda desigualdade social. Atua na defesa e na ampliação dos direitos sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais e políticas sociais, dentre elas a educação. A atuação de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais da educação básica orienta-se por meio de estratégias individuais, e, principalmente, coletivas para enfrentar as demandas do cotidiano, dentro e fora da escola. De acordo com Cfess (2023, p. 12), essa inserção profissional qualificada “traz contribuições para a comunidade escolar em geral e para as famílias, por meio do desenvolvimento de ações que impactam no processo da aprendizagem e no enfrentamento das questões e desafios do cotidiano escolar”.

A atuação profissional do assistente social tem como foco o seu projeto ético-político, o qual se orienta por uma proposta de sociedade que se contrapõe a todas as formas de opressão e violações de direitos e se pauta pela emancipação humana. Diante disso, compete aos profissionais, na área educacional, a defesa de uma política de educação pública, “laica, presencial, crítica, de qualidade e com financiamento público, estando no campo da proteção social, sendo o seu acesso um direito social universal” (Cfess, 2023, p. 15).

Os espaços escolares são os locais onde a educação, enquanto uma política social, mais se efetiva. E estes espaços educacionais são marcados por uma diversidade de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que afloram as mais diversas expres-

sões da questão social, constituindo, portanto, um ambiente de atuação do profissional de Serviço Social. Segundo Fraga e Sobrosa (2022, p. 66) “o exercício do assistente social no campo educacional deve estar ligado a uma análise crítica da realidade e precisa contemplar a comunidade escolar como um todo, não se restringindo ao segmento estudantil ou a abordagens individuais”. Essa lógica de atuação requer o envolvimento do profissional com os gestores e demais trabalhadores da educação, com as famílias, com profissionais da rede, movimentos sociais e órgãos de controle social.

A presença do assistente social nas escolas têm um significado social e a sua institucionalização é defendida no documento do CFESS de 2011: “Subsídios para o debate do Serviço Social na educação”, que destaca alguns pontos em relação a atuação deste profissional: a necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais e econômicas, aos fatores culturais e às relações sociais, marcadas por diferentes formas de opressão e que interferem nos processos educacionais.

O documento ainda traz a necessidade de articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais, para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência e sucesso escolar. A atuação do assistente social é fundamental, assim, propondo diálogo entre diferentes setores, instituições e políticas públicas como alimentação, transporte, habitação, pois a criança e o adolescente inseridos nos ambientes escolares, precisam contar com esses recursos para efetivamente estarem presentes nas escolas (Cfess, 2011).

O profissional do Serviço Social também pode contribuir para a visibilidade e o reconhecimento de sua atuação, bem como para o fortalecimento de vínculos da/os profissionais da educação junto às lideranças, famílias das/os educandas/os e agentes da rede de proteção social existente para participação da dinâmica e cotidiano no ambiente escolar.

Para Santana (2008) o papel do assistente social na educação pode ser pensado a partir de dois âmbitos de trabalho. O primeiro, que vai se expressar no atendimento direto à população alvo da política educacional e a suas famílias, nas escolas e nos diferentes espaços institucionais. O segundo é pensar que essa atuação profissional se expressa também junto aos órgãos de planejamento e de gerência da política educacional, a exemplo da Secretaria de Educação Municipal ou Estadual, coordenadorias e instâncias federais. Ou seja, o assistente social também pode atuar nos níveis centrais, não só no atendimento direto, mas na própria elaboração e dinamização dessa política.

A temática sobre a inserção do profissional de Serviço Social na educação básica já vem sendo estudada por meio de metodologias semelhantes ao que está sendo pro-

posto neste artigo, ainda que, com ênfases e recortes temporais diferenciados. Destacam-se, por exemplo, estudos realizados por Ferriz e Martins (2021); Rodrigues (2015, 2022); Santos (2019) e Silva, Ferriz e Martins (2020).

Esses estudos indicam, de um lado, a baixa incidência de assistentes sociais atuando na educação básica (Rodrigues, 2015), mas com tendência de crescimento, a partir da criação de políticas sociais que têm contribuído para inserção de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas, incluindo a educação (Silva; Ferriz; Martins, 2020); e de outro lado, a atuação profissional do assistente social nas mais diversas expressões da questão social presentes nas escolas públicas, como situações de gravidez na adolescência, violência e *bullying*, por meio, sobretudo, da mediação entre a família, escola e equipes multiprofissionais (diretores, pedagogos, coordenadores pedagógico, psicólogos), além da comunicação com demais órgãos externos e a rede de atendimento, a exemplo dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar (Santos, 2019).

No estudo aqui proposto, buscamos avançar no sentido de abranger um período mais recente da produção científica nacional, antes e depois da Lei n. 13.935/2019. Além disso, ampliamos o recorte temporal em relação aos estudos realizados por Rodrigues (2015), Santos (2019) e definimos um foco mais específico sobre a inserção do Serviço Social na Educação Básica, em relação, por exemplo, ao estudo realizado por Rodrigues (2022).

Método

A condução desta pesquisa se orientou pela metodologia do Estado do Conhecimento que, segundo as autoras Morosini e Fernandes (2014, p. 155), “é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Neste estudo, definiu-se pela busca de artigos científicos, dissertações e teses em duas bases de dados: Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A delimitação da pesquisa abrangeu o período de 2013 a 2023³, o que se justifica pelo fato de que a Lei n. 13.935/2019 é considerada recente, sendo que a maioria dos

municípios encontram-se em fase de implementação. Por isso, analisar a produção científica por um período de tempo maior qualifica a percepção sobre a inserção do assistente social antes e depois da referida Lei.

Este estudo foi desenvolvido seguindo duas fases: a primeira se caracterizou pela identificação/seleção dos trabalhos, a partir da observação dos títulos de cada trabalho; e a segunda, pela análise dos resumos dos trabalhos selecionados para a obtenção dos resultados. Esta fase é destacada por Romanowski e Ens (2006, p. 44) como a “leitura analítica de resumos selecionados e tabulação dos dados, conforme categorização realizada”. Outras partes dos trabalhos também foram analisadas nos casos em que apenas o conteúdo do resumo se mostrou insuficiente para responder às questões do estudo.

As palavras-chave e os operadores booleanos utilizados para a definição do *corpus* da pesquisa foram: “educação básica AND Serviço Social”; “educação básica AND assistente social”; “educação AND assistente social”; “Lei 13.935/2019” OR “Lei nº 13.935/2019” OR “Lei n. 13.935/2019”. Como fatores de inclusão, selecionamos apenas os trabalhos que faziam referência ao serviço social ou assistente social na educação básica no contexto brasileiro. E, como critério de exclusão, não selecionamos os trabalhos referentes à atuação do serviço social na educação superior. Sobre a Lei n. 13.935/2019, selecionamos apenas estudos que faziam referência ao trabalho do assistente social, excluindo, por exemplo, os que tratavam apenas do profissional de psicologia na educação básica, ainda que essa questão esteja incluída no escopo da referida Lei. A partir da busca por estas palavras-chave foi realizada a primeira etapa, que consistiu na seleção e definição do *corpus* da pesquisa, durante os meses de agosto e setembro de 2023. Utilizando os termos de busca, no Portal da Capes, foram encontrados 214 artigos, sendo selecionados um total de 17 para integrar o *corpus* da pesquisa (Apêndice 1). Também foram encontradas 268 teses e dissertações, no portal do IBICT, das quais 32 (28 dissertações e 04 teses) foram selecionadas para compor o *corpus* da pesquisa (Apêndice 2). Os termos relacionados à Lei n. 13.935/2019 retornaram apenas 07 teses e dissertações, mas nenhuma foi selecionada por não estar diretamente relacionada à inserção do assistente social na educação básica.

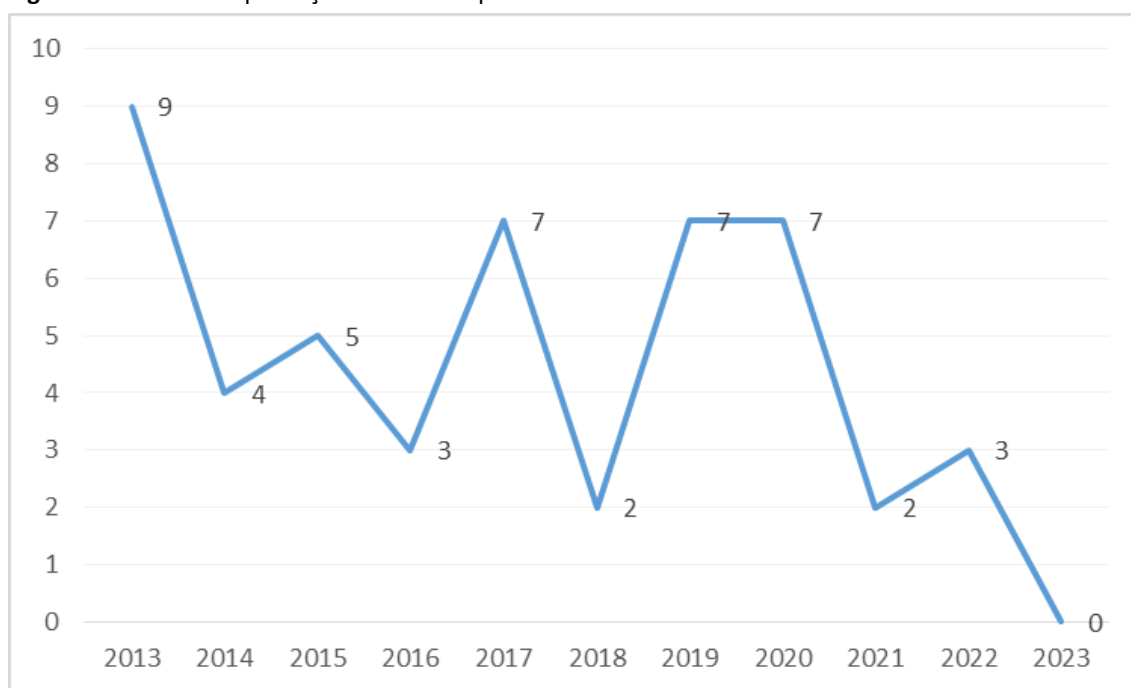
As 49 publicações selecionadas (artigos, teses e dissertações) foram tabuladas em planilha *Excel*, com uma aba para os artigos e outra para as teses e dissertações. Nas leituras dos resumos e, em alguns casos, também de outras partes dos trabalhos completos, a análise teve o foco nas seguintes temas: se de fato o assistente social está atuando na educação básica; qual o seu local de trabalho (instituições municipais, estaduais, federais, públicas ou privadas); quais as contribuições destes profissionais para a

educação básica; as bases teóricas mais presentes nos estudos; os públicos investigados nas pesquisas; os procedimentos metodológicos utilizados; e, se nos últimos 10 anos, os estudos fazem referência à evolução do Serviço Social na educação básica.

Resultados

Os 49 estudos analisados (artigos, teses e dissertações) estão distribuídos ao longo dos últimos dez anos, com um número maior de publicações principalmente nos anos de 2013, 2017, 2019 e 2020, conforme mostra a Figura 1. Em 2023, não foi encontrada nenhuma publicação. As teses e dissertações foram defendidas em 21 diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, predominantemente em IES públicas (23, das 32 publicações).

Figura 1 - Número de produções científicas por ano



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do trabalho de campo (2023).

Caracterização do perfil teórico-metodológico dos estudos analisados

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados nos diferentes estudos, 38 se caracterizam como pesquisas de campo. A maioria com procedimentos e técnicas de pesquisa qualitativa e apenas três estudos assumiram um caráter quali-quantitativo.

A maioria dos estudos que realizaram pesquisa de campo adotaram também as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, a partir de levantamento da literatura e análise de documentos e legislações pertinentes sobre a temática estudada. A principal técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. O Quadro 3 apresenta um resumo sobre os procedimentos metodológicos encontrados.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos

Procedimentos metodológicos	Quantidade de estudos
Pesquisa de campo	38
Documental /ensaio teórico /relato de experiência	11
Entrevistas	31
Observação e observação participante	7
Estudos de caso	5
Visitas	3
Grupo focal e de discussão	2
Questionário	2
Reunião	1
Escuta qualificada	1
Experiência de estágio curricular	1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do trabalho de campo (2023).

Entre os estudos analisados, os principais públicos investigados (Quadro 2) foram os assistentes sociais, especialmente por meio de entrevistas. Além destes profissionais, destacam-se também, gestores (direção, coordenação pedagógica, orientador/a educacional), famílias, estudantes, professores, auxiliar de serviços gerais, morador antigo do bairro, presidente de associação do bairro, profissionais do CRAS, coordenadores pedagógicos, psicólogos e voluntários.

Quadro 2 - Público investigado nos estudos analisados

Público investigado	Quantidade de estudos
Assistentes sociais	29
Gestores	5

Famílias e estudantes	4
Professores	4
Auxiliar de serviços gerais	1
Diferentes sujeitos (moradora antiga do bairro, presidente da associação do bairro e voluntários)	1
Profissionais do CRAS	1
Coordenador Pedagógico	1
Psicólogo	1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do trabalho de campo (2023).

As bases teóricas que fundamentam os artigos, teses e dissertações, são em sua maioria a vertente Marxista. No total, contabilizamos 36 estudos cuja base teórica é marxista, fazendo uma relação da realidade social, em sua historicidade, com o meio social, político e econômico, não entendendo os fatos de modo isolado, mas toda complexidade que os afetam e influenciam; 01 tem como base a teoria sociointeracionista, 01 estudo tem como base os estudos de Foucault e 01 estudo tem como base a Fenomenologia. No âmbito dos estudos de cunho marxista, 02 também fazem menção ao pensamento crítico de Paulo Freire. Outros 10 estudos não explicitaram, claramente, suas abordagens teóricas.

Inserção do assistente social na educação básica

Dos 17 artigos, apenas 07 tratavam sobre a atuação direta de assistentes sociais na educação básica, em diferentes espaços educacionais (escola, secretaria de educação, instituto federal). Ainda, destes 07 estudos, 02 tratam sobre a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, 01 deles em uma Secretaria de Educação e outro em escola, por meio da aplicação de um Projeto de Vida com adolescentes. Dos 10 estudos que não tratam sobre a atuação efetiva de assistentes sociais na educação básica, 04⁴ se caracterizam como ensaios teóricos sobre a temática; 02⁵ fazem um balanço sobre a produção de conhecimento; 01 estudo (Cress – RJ, 2014) descreve sobre uma pesquisa de campo por meio de entrevista com gestores; 01 estudo (Zerbeto *et al.*, 2015) apresenta uma pesquisa com um aluno baixa visão inserido no ensino regular, porém o assistente social que faz a mediação atua numa Clínica Escola de uma universidade; 01 estudo (Freitas; Engler, 2015) descreve sobre a importância que teria o assistente social para diminuir a desigualdade racial no ambiente escolar, mas não tem o profissional ainda em campo atuando; 01 estudo (Santana, 2019) descreve sobre a importância que teria o assistente social na educação para trabalhar questões sobre o meio ambiente.

Das 32 teses e dissertações, apenas 03 não tratavam sobre a atuação direta de assistentes sociais na educação básica; 02 (Rodrigues, 2022 e Santos, 2019) realizaram estudos de estado de conhecimento e balanço de conhecimento sobre a temática de atuação do Serviço Social na educação e 01 dissertação (Soares, 2016) aborda a atuação de assistentes sociais em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mas com atendimentos de demandas da política de educação. Os demais 29 trabalhos apresentaram experiências de atuação direta de assistentes sociais em diversas instituições de ensino (pública e privada). Cabe destacar que alguns estudos situam e mapeiam a atuação profissional na política educacional em uma determinada região ou município, em que aparecem diferentes instituições de ensino (como escolas públicas, privadas, universidades, secretarias de educação, institutos federais).

O Quadro 3 apresenta um resumo sobre a distribuição dos estudos conforme tipo de estudo e lócus de atuação dos profissionais assistentes sociais na educação básica.

Quadro 3 - Dados sobre tipos de estudos e lócus de inserção dos assistentes sociais na educação básica

Foco dos estudos e lócus de inserção profissional	Artigos	Teses / dissertações
Instituições de ensino diversas (regiões, municípios)	0	5
Escolas públicas, privadas ou filantrópicas	5	12
Secretarias de Educação / Núcleo de Apoio Psicopedagógico	1	2
Institutos federais	1	10
Outros órgãos (Universidade, CRAS, Comissão)	2	1
Ensaio teórico / balanços de conhecimento / estados da arte / pesquisas sobre possibilidades de atuação na área	8	2
Total	17	32

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do trabalho de campo (2023).

Outra dimensão analisada na pesquisa foi se os estudos fizeram referência sobre a evolução do Serviço Social na educação básica nos últimos 10 anos. Entre os artigos, 11 não faziam menção a este tema e 06 destacaram, ainda que de forma muito breve, um histórico sobre o assistente social na educação básica.

O artigo escrito pelo Cress - RJ (2014) faz um apanhado histórico sobre o Serviço Social ao longo do tempo na educação e registra a existência de projetos de Lei sobre a presença do Serviço Social na educação e temáticas emergentes nesta área. Freitas e Engler (2015) abordaram o processo histórico do ensino no Brasil, desde 1570 e contextualizam as mudanças ocorridas no país a partir da Proclamação da República em 1889 e o início do processo de industrialização, sendo este um marco para a ampliação do acesso à educação. Nestes espaços educacionais diversos, a partir do início do processo

de industrialização (década de 1930) surge também a figura do assistente social. Os autores mencionam que, ainda que seja amplamente debatido a partir dos anos 2000, a presença do assistente social na escola não é recente.

Entre as teses e dissertações, apenas 08 não fizeram essa menção histórica e 22 o fizeram, ainda que de forma mais breve. Ainda, 02 estudos não mencionaram de forma direta, mas discutiram a inserção do serviço social na educação, atribuições, projetos de Lei em andamento sobre a obrigatoriedade do assistente social na escola e, também, sobre a expansão dos institutos federais e a ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais na assistência estudantil.

De forma unânime, os estudos que realizaram essa contextualização histórica, situam a presença do assistente social no contexto educacional desde meados de 1930, vinculada à própria institucionalização da profissão e da própria política de educação naquele período. Também mostram a evolução desta inserção ao longo do tempo, com um crescimento no contexto mais recente, principalmente a partir dos anos 1990, com a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e, a partir dos anos 2000, com a criação dos Institutos Federais. Nunes (2018) destaca a concepção do direito social, a partir da Constituição de 1988, e sua importância para a interlocução do Serviço Social com a educação. Fernandes (2015) destaca, ainda, que a partir dos anos 2000 amplia-se o debate acerca da inserção do assistente social na educação, suas implicações, desafios e possibilidades.

Azevedo (2020), com base na literatura, caracteriza três modalidades de ação interventiva do Serviço Social ao longo de sua relação com a educação brasileira. Num primeiro momento destaca a intervenção terapêutica, seguida da modalidade comunitária e, a partir da Constituição de 1988, destaca uma modalidade voltada a prevenir riscos e vulnerabilidades sociais, numa perspectiva de viabilização de direitos e de proteção social.

Além da criação dos Institutos Federais, na década de 2000, um dos marcos importantes também para a inserção profissional dos assistentes sociais nestes espaços foi a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010, e certamente, ainda que os estudos não tenham quase explorado, outro marco recente foi a aprovação da Lei n. 13.935/2019.

Atribuições do assistente social na educação básica

Nos estudos analisados, as atribuições dos assistentes sociais na educação são variadas e sua atuação ocorre com as diversas expressões da Questão Social que se fazem

presentes dentro da escola, tais como situações de violência, *bullying*, gravidez na adolescência, dentre outras. Também atuam como mediadores entre escola e família em equipes multiprofissionais, incluindo pedagogos, diretores, coordenadores pedagógicos e psicólogos.

Os assistentes sociais participam de reuniões e fazem encaminhamentos para órgãos parceiros como: Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Ministério Público, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e Estratégia Saúde da Família (ESF).

Destacam-se, ainda, a realização de visitas domiciliares e visitas técnicas, acompanhamento de alunos de forma individual e em grupo; interação com as famílias dos alunos; acompanhamento de situações de infrequência escolar; atendimento a servidores; coordenação de projeto de bolsa de estudos; acompanhamento familiar aos estudantes com baixa aprendizagem; pesquisa sobre a realidade social com avaliação socioeconômica e atendimentos espontâneos. Os assistentes sociais trabalham na defesa e garantia de direitos, sobretudo, na mediação existente na relação professor/aluno, escola/família/comunidade/rede de proteção social, por meio de trabalho multiprofissional e interdisciplinar.

Junto aos institutos federais a atuação profissional do serviço social ocorre principalmente na Política de Assistência Estudantil, na formulação de normativas institucionais que regulamentam as ações nesta área, no planejamento, na gestão, no monitoramento, na execução e na avaliação das referidas ações. Auxiliam, também, na criação de editais, na elaboração de critérios de seleção, na realização de análises socioeconômicas (entrevistas sociais, pareceres, estudos), na proposição de modalidades de bolsas, dentre outras atribuições vinculadas, resumidamente, ao gerenciamento técnico-operativo e teórico-metodológico dos auxílios financeiros disponibilizados aos estudantes. Além disso, atuam na elaboração e execução de projetos junto à equipe técnica multiprofissional, participação em seminários, projetos escolares, planejamento, conselho escolar e eventos escolares.

Em alguns espaços, os assistentes sociais oferecem acompanhamento especializado aos alunos com dificuldades de aprendizagem complexa, distúrbios que afetam o desenvolvimento destes em sala de aula e alunos com deficiência intelectual, sendo atendidos por professores especialistas e demais profissionais. São casos advindos de fatores

influenciadores de saúde, traumas, problemas neurológicos, sociais e vários outros que demandam estudos e intervenção de especialistas para que sejam investigados.

O Quadro 4 sintetiza a quantidade de estudos e as principais demandas de atuação do Assistente Social na educação básica.

Quadro 4 - Atuação do assistente social na educação básica

Atuação dos assistentes sociais	Quantidade de estudos
Situações relacionadas a comportamento no ambiente escolar, mediação de conflito entre professores, alunos e familiares. Relação professor/aluno. Atendimento individual ao aluno	14
Evasão escolar, acesso e permanência na escola	12
Trabalho interdisciplinar e equipe multidisciplinar	12
Avaliação para concessão de bolsas de estudo e assistência estudantil	11
Visita domiciliar, visitas técnicas, avaliação socioeconômica	8
Problema de aprendizagem, rendimento escolar, sala de recurso	6
Desenvolver projetos diversos como: resgate da autoestima, valores, expectativa de mundo, projetos com famílias, adolescentes, projetos de educação sexual, prevenção ao uso de drogas e prevenção à violência	6
Vulnerabilidade, violências, vulnerabilidade às drogas, questão de exposição exacerbada nas redes sociais, descoberta da sexualidade, questões relacionadas a gênero, tanto de identidade quanto de orientação, bullying, gravidez na adolescência, violência doméstica	5
Articulação com demais profissionais da rede educacional e com a rede socioassistencial (CRAS, UBS, Conselho Tutelar, CREAS, Ministério Público) e participação em conselhos de políticas públicas	4
Participação de assistentes sociais em palestras, eventos, seminário, dia da família na escola, envolvimento com iniciação científica e projetos de extensão	3
Defesa e garantia de direitos	2
Supervisão de estágio	2
Trabalho burocrático	2
Avaliação psicoeducacional	1
Higiene e saúde	1
Exigência de atualização contínua de leis das esferas federal e estadual	1
Fortalecimento do protagonismo infantojuvenil	1
Situações que envolvem a conduta inadequada de docentes (dimensão pedagógica e/ou postura de assédio)	1
Aproximação das famílias ao contexto escolar	1
Fortalecimento à gestão democrática das unidades de ensino	1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do trabalho de campo (2023).

Assim, observa-se que são diversas as possibilidades de atuação do assistente social nas escolas, vindo a somar com os profissionais que já atuavam na educação, podendo, a inserção de assistentes sociais, ser vista como um ganho na política educacional.

Em relação à atuação do assistente social na educação, a partir dos estudos analisados, alguns destaques parecem oportunos. Segundo Oliveira (2013) o assistente social contribui para o desenvolvimento de uma relação dialógica e de parceria entre escola e família, na construção de uma escola participativa. Também possibilita algumas práticas articuladas às redes de serviços, atuando na perspectiva de defesa e garantia de direitos, sobretudo, na mediação existente entre família/escola/comunidade/rede de proteção social, por meio de um trabalho multiprofissional e interdisciplinar.

Azevedo (2020) destaca que, embora alguns profissionais concebam a instrumentalidade das práticas dos assistentes sociais reduzida a rotinas, a processos burocráticos, aos instrumentos e técnicas, o cotidiano profissional do assistente social também evidencia ações emancipatórias, ancoradas na viabilização dos direitos e da participação da população usuária nas decisões institucionais em sintonia com o projeto ético-político profissional. Posicionam-se em prol de uma educação de qualidade e no combate a todas as formas de discriminação, preconceito racial, de gênero e de orientação sexual. Além disso, esses profissionais se mobilizam para garantir condições de acesso e de permanência dos educandos.

De acordo com Lança (2017), no que se refere à dimensão pedagógica, os assistentes sociais identificam impactos de sua intervenção nas maneiras de pensar e agir dos demais trabalhadores da política, visto que, com frequência, conseguem contribuir para a conscientização e mobilização dos diferentes sujeitos presentes na comunidade escolar, incluindo os demais trabalhadores desta política, como pedagogos, gestores, coordenação pedagógica e secretários de educação.

Os estudos de Soares e Barros, 2020 e de Fraga e Sobrosa, 2022 apontam a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social, a qual se expressa na supervisão de estágio, no processo de ensino-aprendizagem, no reconhecimento dos limites e das potencialidades das respostas profissionais ao enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional, na perspectiva de uma educação emancipadora.

Dantas (2020) aponta que existe um certo reducionismo na prática profissional do assistente social no que tange à sua atuação na assistência estudantil, que impacta diretamente no processamento do trabalho. Isso se materializa quando a compreensão da assistência estudantil se reduz na execução do Programa de Auxílio Permanência, com destaque para as atividades burocráticas e administrativas, em vez de atividades socioeducativas, o que pode causar um rebaixamento da dimensão criativa e intelectual do trabalho do assistente social, como se fosse um trabalho simples.

Realizados em diferentes contextos, 02 estudos (Nascimento, 2018; Cunha, 2017) enfatizam situações de precarização do trabalho de assistentes sociais na educação, manifesta por citações de escassez de profissionais, elevação do ritmo e intensidade do trabalho, extensão da jornada e cobrança de resultados imediatos, insegurança devido a contratos temporários, que dependem de relações políticas, o que tem provocado, além do desgaste físico e emocional, o seu adoecimento. Contudo, apesar de todos esses entraves presentes, o assistente social ainda consegue inserir no cotidiano do seu trabalho no ambiente escolar elementos para a construção de uma sociedade pautada na justiça social, na equidade e na garantia dos direitos sociais, políticos e civis.

Observa-se, assim, a partir dos elementos identificados nos diferentes estudos, que educação pode ser o espaço para efetivar, com mais eficácia, o projeto ético-político do Serviço Social, que vislumbra a cidadania plena da pessoa em desenvolvimento. Nessa perspectiva, entende-se que a educação abre uma possibilidade fértil para o trabalho do assistente social, pois responde a diferentes demandas carregadas de tabus, estigmas e preconceitos, e assim se mostra como um grande desafio para pensar em estratégias de intervenção frente a estas realidades.

Considerações finais

O nosso ponto de partida foi analisar a produção científica nacional, sobre a inserção do serviço social na educação básica na última década, seu papel e atribuições nestes espaços, bem como caracterizar o perfil teórico-metodológico dos estudos nesta área. Além disso, empreendeu-se esforços no sentido de contextualizar como está ocorrendo a efetivação da Lei n. 13.935/2019.

O conjunto de estudos encontrados e analisados, em sua maioria dissertações de mestrado, tangenciam a temática sobre a inserção do serviço social na educação básica de diferentes formas. Alguns estudos são de cunho teórico, apontando a necessidade e possibilidades de atuação profissional no contexto escolar; outros apontam experiências práticas de inserção profissional na educação básica em diferentes instâncias de atuação, seu cotidiano, atribuições e desafios da profissão e, outros, ainda, fazem, de forma semelhante ao nosso estudo, um balanço sobre a produção científica sobre a temática do serviço social na educação básica e/ou na educação de um modo mais geral.

O perfil teórico-metodológico dos estudos analisados revelou que a compreensão da temática perpassou, em sua maioria, por estudos de cunho qualitativo e com uma abordagem marxista. O principal público investigado foram assistentes sociais, por meio

de entrevistas, buscando desvendar suas experiências de atuação no contexto educacional, em diferentes espaços sócio-ocupacionais (escolas, secretarias de educação, ONGs, institutos federais) públicos e privados, em níveis municipais, estaduais e federais e nas diferentes regiões brasileiras.

Os achados desta pesquisa revelam uma lacuna de estudos que tratam sobre a efetivação da Lei n. 13.935/2019, ainda que o escopo da pesquisa tenha abrangido quase quatro anos a partir da aprovação da referida Lei. A maioria dos estudos analisados aponta para experiências de atuação profissional dos assistentes sociais já existentes no contexto escolar no momento da aprovação da lei.

Os estudos constataam, ainda, que a inserção dos assistentes sociais na educação básica é antiga, desde a concepção da profissão e da política da educação, mas que foi nas últimas décadas que teve um avanço mais significativo, principalmente com a criação dos institutos federais, no atendimento da política de assistência estudantil.

Com relação ao papel e atribuições dos assistentes sociais na educação básica, a pesquisa mostrou uma diversidade de experiências, principalmente no atendimento de forma individual e coletiva a situações relacionadas ao comportamento dos estudantes no ambiente escolar, mediação de conflitos entre professores, estudantes e familiares, questões de violências, racismo, bullying e demandas relacionadas à evasão escolar, acesso e permanência na escola.

Constatou-se que, nos espaços educacionais em que se efetiva a inserção dos profissionais de serviço social na educação básica, por meio de um trabalho multiprofissional e interdisciplinar, essa inserção possibilita diversas intervenções e avanços em relação à profissão na perspectiva de garantia de direitos e, principalmente, na mediação entre escola, família e rede de serviços de proteção social.

Por fim, pode-se inferir que, não obstante os avanços observados nos últimos 10 anos, a presença efetiva de assistentes sociais em toda a rede de ensino básico no país, contribuindo como profissionais da educação demandará ainda uma longa trajetória com o envolvimento dos diferentes atores sociais interessados no tema, nas esferas federais, estaduais e municipais, em prol da educação e da efetivação da Lei n. 13.935/2019.

Referências

AZEVEDO, Thélia Priscilla Paiva de. **O Serviço Social nas escolas públicas de João Pessoa – PB: uma análise à luz da instrumentalidade profissional.** 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.

BRASIL, Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 7, 12 dez. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.688 de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. **Diário da Câmara dos Deputados**. n. 1, 184, 2 de novembro de 2000. Brasília, DF, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional.** *Caderno 4*. CFESS, Brasília (DF), 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação. **Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação**. CFESS, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (CRESS - RJ). A experiência da Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. **SER Social**, v. 16, n. 34, p. 187, 2014.

CUNHA, Kivania Karla Silva Albuquerque. **Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande - PB.** 193f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2017.

DANTAS, Maria Conceição Borges. **O trabalho de assistentes sociais na Educação Profissional e Tecnológica: desvelando seu processamento no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).** 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

DE PAULA, Aline Batista. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.

FERNANDES, Angele da Silva. **O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do núcleo de apoio psicopedagógico de ensino municipal de Itaboraí/RJ.** 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves; FÉLIX, Maria da Conceição Silva. Estética da existência estudantil e atuação do assistente social no âmbito escolar. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 2, p. 62-80, 2019.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Balanço da produção sobre serviço social na política de educação brasileira. **SER Social**, v. 23, n. 48, p. 234-254, 2021.

FRAGA, Cristina Kologeski. SOBROSA, Lilian Marques. Projeto de vida de adolescentes: uma estratégia de intervenção para o serviço social na educação básica. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 23, n. 1, p. 164-181, 2022.

FREITAS, Tais Pereira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 121, p. 32-47, jan./mar., 2015.

LANÇA, Angelita Marcia Carreira Gandolfi. **Contribuições do serviço social no trabalho com a educação**. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar., 2013.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

NASCIMENTO, Sheine Santos do. **O trabalho do assistente social na educação**: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil. 115f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

NUNES, Reginaldo Aparecido. Serviço social em escolas de Uberaba – Minas Gerais: da legalidade à realidade (1930-2017). 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários**: o serviço social no espaço escolar. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

RODRIGUES, Rosilene Maria. **Serviço Social e Educação**: uma aproximação a partir do estado da arte. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2015.

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos. **Educação e Serviço Social no Brasil**: limites e desafios do trabalho profissional. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SANTOS, Lorena Costa Batista dos. **Serviço Social e Educação: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTANA, Anabela Maurício de. Educação socioambiental: uma perspectiva a partir da inserção do (a) assistente social na escola. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 7, n. 3, p. 9–20, 2019.

SANTANA, Necilda de Moura. **Em foco serviço social na educação**. n. 3, 1. Reimp. Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Ingrid Barbosa; FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. A produção do conhecimento em Serviço Social na educação: análise dos artigos publicados na revista serviço social & sociedade (1979-2019). **Libertas**, v. 20, n. 2, p. 472-490, 2020.

SOARES, Daniele Moraes Cecilio. **A interface das demandas da educação: um estudo dos atendimentos do Serviço Social no município de Maringá/PR**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.

SOARES, Vanessa Miranda; BARROS, Jaqueline de Melo. O Serviço Social no âmbito da educação municipal: reflexões sobre o fazer profissional em três rios. *Iniciação Científica*. CESUMAR, v. 22, n. 2, p. 237-246, jul./dez., 2020.

ZERBETO, Amanda Brait; LOPES, Fernanda Fonseca dos Santos; MONTILHA, Rita de Cássia Ietto; GASPARETTO, Maria Elisabete Rodrigues Freire. Atuação de equipe interdisciplinar com escolar que apresenta baixa visão por hipótese diagnóstica de doença de *stargardt*. **Revista CEFAC**, v. 17, p. 291-299, 2015

Notas

- 1 Este projeto tinha como ementa inicial “Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola”, após longa tramitação se transformou na atual Lei n. 13.935/2019.
- 2 Atualmente estas entidades compõem a Coordenação Nacional de Luta pela Implementação da Lei n. 13.935/2019.
- 3 Foi considerado o ano de 2023 ainda que somente até o mês de agosto, quando foi realizada a busca nas bases.
- 4 Cress - RJ (2014), De Paula (2020), Fernandes e Félix, (2019) e Lessa (2013).
- 5 Férriz e Martins (2021) e Silva, Férriz e Martins (2020).

Recebido em: 20/01/2024

Aprovado em: 25/03/2025

Apêndice 2 – Dissertações e teses

N	Tipo	Ano	Título	IES	Autor
1	Dissertação	2015	A atuação profissional do/a assistente social no Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT: desafios e particularidades do serviço social na área da educação profissional e tecnológica	UFMT	Francismeiry Cristina de Queiroz
2	Dissertação	2021	A concepção de educação que norteia o trabalho profissional de Assistentes Sociais da rede básica de ensino de Campina Grande-PB.	UEPB	André Monteiro Moraes
3	Dissertação	2013	A dimensão da prática profissional do assistente social do PROEJA e PROEJA FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos no Nível Fundamental e Médio) no IFSP	PUC_SP	Amanda Machado dos Santos
4	Dissertação	2017	A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social voltado aos demais trabalhadores da política de educação: a experiência na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	PUC_RIO	Luana Atanazio de Moraes
5	Dissertação	2019	A dimensão político-pedagógica do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no Estado do Rio Grande do Sul	UFRGS	Camile Alves Cezar
6	Dissertação	2016	A inserção do/a assistente social na escola: limites e possibilidades	UFMT	Paula de Ávila Assunção
7	Dissertação	2016	A interface das demandas da educação: um estudo dos atendimentos do Serviço Social no município de Maringá/PR	UNIOESTE	Daniele Moraes Cecilio Soares
8	Dissertação	2013	A questão da instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões práticas sociais no exercício profissional do assistente social na área da educação	UFRN	Izabelle Emanuele Santos Medeiros
9	Dissertação	2017	As condições objetivas de trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná	UEL	Relly Amaral R. Vicente
10	Dissertação	2019	Atuação do assistente social no Sistema Municipal de Educação: contribuições para ações socioeducacionais	UFSM	Jéssica Ribas Timm
11	Dissertação	2013	Construindo laços entre o serviço social e a educação: acesso e permanência na educação de jovens e adultos	UNESP	Priscila Sayuri Goto
12	Tese	2017	Contribuições do serviço social no trabalho com a educação	UNESP	Angelita Marcia Carreira Gandolfi Lana
13	Tese	2019	Educação e “interdisciplinaridade”: uma análise da inserção do/a assistente social e do/a psicólogo/a no espaço escolar	UNICAP	Sandra Carla Pereira de Lima França
14	Dissertação	2013	Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar	UFPB	Jullymara Lais Rolim de Oliveira
15	Dissertação	2014	O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE : um estudo de demandas e respostas sócio-profissionais	UFS	Ingredi Palmieri Oliveira
16	Dissertação	2014	O olhar de assistentes sociais da educação sobre a prática profissional: estudo em uma perspectiva fenomenológica no Distrito DAGUA em Belém do Pará	UFPA	Gleudson Alves Pantoja
17	Dissertação	2013	O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios	UCPEL	Cavalheiro, Josiela Silveira
18	Dissertação	2020	O Serviço Social nas escolas públicas de João Pessoa – PB: uma análise à luz da instrumentalidade profissional	UFPB	Thalia Priscilla Paiva de Azevedo

(Continua)

(Continuação)

19	Dissertação	2017	O Serviço Social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	UECE	Renata Maria Paiva da Costa
20	Tese	2020	O trabalho de assistentes sociais na Educação Profissional e Tecnológica: desvelando seu processamento no Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	PUC_SP	Maria Conceição Borges Dantas
21	Dissertação	2020	O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional	UERJ	Nieves Bizarelo Martinez
22	Dissertação	2018	O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil	UFRN	Sheine Santos do Nascimento
23	Dissertação	2015	O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí / RJ	PUC_RIO	Angele da Silva Fernandes
24	Dissertação	2015	Parâmetros Curriculares Nacionais e a transversalidade da temática da sexualidade juvenil no Ensino Fundamental: a contribuição do Serviço Social	PUC_SP	Telma Verônica Silva Calsavara
25	Dissertação	2022	Serviço social e educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional	UFG	Geyzon Cosme Santos Rodrigues
26	Dissertação	2019	Serviço Social e Educação: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas.	UFBA	Lorena Costa Batista dos Santos
27	Dissertação	2018	Serviço social em escolas de Uberaba – Minas Gerais: da legalidade à realidade (1930-2017)	PUC_GO	Reginaldo Aparecido Nunes
28	Dissertação	2016	Serviço social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora/MG	UFJF	Victória Sabatine de Paiva Neves
29	Dissertação	2013	Serviço social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA	UFS	Heide de Jesus Damasceno
30	Dissertação	2013	Serviço social na educação: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social	UFRN	Mariana Libanio de Melo
31	Tese	2014	Serviço Social na educação: concepções e direitos em questão	PUC_SP	Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago
32	Dissertação	2017	Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande – PB	UEPB	Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha